

RESOLUÇÃO

A proposta de Orçamento de Estado para 2014, reforça o carácter de classe da política imposta pelo Governo, com cortes nos salários e pensões, na Educação, na Saúde e na Protecção Social, ao mesmo tempo que sobrecarrega os trabalhadores e o povo com mais impostos e entrega milhares de milhões de euros ao grande capital nas Parcerias Público Privadas (PPP's), nos contratos SWAPS, no buraco sem fundo do BPN e nos desmesurados juros agiotas da dívida pública.

Uma política que aprofunda o processo de privatizações, entregando aos grandes grupos económicos tudo o que é rentável e rentabilizável, delapidando assim o Sector Empresarial do Estado, num processo de reconfiguração económico e social que deixa o País mais empobrecido e dependente.

Uma situação agravada pelas intenções anunciadas no famigerado “Guião para a Reforma do Estado” que visam o aprofundamento das privatizações, das Funções sociais do Estado, assumindo a ruptura com os princípios constitucionais da universalidade e solidariedade associados à Escola Pública ao Serviço Nacional de Saúde, à Segurança Social e uma linha de ataque ao poder local democrático e aos serviços públicos essenciais ao desenvolvimento do País (transportes, serviço postal, água, saneamento ...), numa lógica em que os direitos básicos da população são subjugados pelo negócio e os lucros dos grandes grupos económicos.

Nesta espiral destrutiva sem fim o Governo, a Comissão Europeia e o FMI defendem mais cortes nos salários e pensões, novos ataques à contratação colectiva e novas alterações para pior à legislação laboral em permanente confronto com a nossa constituição, procurando mesmo fazer desta “o bode expiatório” para justificar a continuação da ingerência externa através de um 2º resgate ou de um programa cautelar, um caminho que martiriza não só o presente dos que vivem e trabalham no nosso País como condena o futuro das novas gerações.

Em Cascais são bem visíveis os resultados desta política:

- Mais de 12.000 desempregados inscritos no Centro de Emprego do Concelho (mais de metade dos quais sem subsídio de desemprego);
- Em 4 anos perderam-se mais de 5.300 postos de trabalho no concelho (40% destes no sector produtivo) e no primeiro semestre deste ano entraram em processo de insolvência 215 empresas;
- Em 3 anos, mais de 13.000 crianças do concelho perderam o abono de família;
- Os trabalhadores recebem 13,8% abaixo da média salarial do distrito;
- O valor médio mensal das pensões não chega aos 490€ mensais.

- Em cada 10 trabalhadores no concelho, 3 têm um contrato de trabalho precário;
- Entre 2005 e 2011 o número de estações de correio no Concelho desceu para metade;
- Lutamos pelo direito à mobilidade e por transportes públicos de qualidade e contra a privatização da Linha de Cascais (infra-estrutura pública estratégica para o concelho e populações)

É PRECISO DIZER BASTA!

O País precisa de outra política! Uma política que rompa com a “austeridade”, a recessão económica, a exploração e empobrecimento, o país exige uma política que coloque a economia ao serviço da população e do desenvolvimento social.

Uma política que assegure o aumento dos salários, designadamente do Salário Mínimo Nacional, num quadro de dignificação do trabalho e dos trabalhadores. Uma política que garanta a criação de emprego estável e de qualidade, o direito ao trabalho, e ao trabalho com direitos, a fixação das gerações mais jovens e qualificadas no seu país e nas suas regiões, uma política que se sobreponha às imposições ditadas pelos interesses do grande capital nacional e internacional.

Nesse sentido, os participantes nesta acção em Cascais decidem:

- Rejeitar o orçamento de Estado para 2014, reclamando ao Presidente da República que, sem prejuízo de requerer a fiscalização preventiva da sua constitucionalidade, vete politicamente este documento que prolonga as dificuldades do País e agrava a vida dos trabalhadores e do povo;

- Intensificar a luta contra a política de direita, por uma política alternativa, de esquerda e soberana, pela demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas, pela afirmação e cumprimento da Constituição da República e a defesa do Regime Democrático;

Os trabalhadores, os jovens, os desempregados, os reformados e pensionistas presentes nesta acção assumem ainda:

- Participar na Concentração / Vigília convocada pela CGTP/IN para o dia 19 de Dezembro a partir das 18h30, em Belém, junto à Presidência da República.

Cascais, 10 de Dezembro de 2013